JUSTIFICAÇÃO PÚBLICA EM JOHN RAWLS: O PAPEL DO CONSENSO SOBREPOSTO E DA RAZÃO PÚBLICA

*Matheus Soares Kuskoski***

Resumo: Busca-se aqui investigar o papel do *consenso sobreposto* e da *razão pública* na filosofia política de John Rawls. Ressaltaremos o papel justificacional desempenhado pelos dois conceitos em relação a outros procedimentos desenvolvidos pelo autor, em especial o argumento da posição original e o mecanismo do equilíbrio reflexivo, destacando a estratégia pragmática da teoria rawlsiana.

Palavras-chave: consenso sobreposto, razão pública, equilíbrio reflexivo, pluralismo razoável.

Busca-se aqui investigar o papel do Consenso Sobreposto e da Razão Pública na filosofia política de John Rawls, conforme exposto por ele em suas obras *Uma Teoria da Justiça* (2008) e *O Liberalismo Político* (2000). Complementarmente, utilizaremos os ensaios *Teoria da Justiça como equidade: uma teoria política, e não metafísica* (2002), *A independência da teoria moral* (1999), *A Ideia de um Consenso Sobreposto* (1987) e *A ideia de Razão Pública Revisitada* (1997)¹. Ressaltaremos o papel justificacional desempenhado pelos dois conceitos em relação a outros procedimentos desenvolvidos por Rawls, em especial o argumento da Posição Original e o mecanismo do Equilíbrio Reflexivo. Para tanto, teremos antes de reconstruir a argumentação rawlsiana em alguns de seus principais momentos.

** Mestrando em Ética e Filosofia Política pelo Programa de Pós Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista CAPES/DS. Email: matheus_kuskoski@yahoo.com.br.

¹ Tradução nossa para *The Idea of an Overlapping Consensus e The Idea of Public Reason Revisited*. As datas de publicação originais diferem de algumas aqui utilizadas, e isso é relevante para avaliar a evolução de algumas ideias de Rawls. Assim, *Uma Teoria da Justiça* foi publicada primeiramente em 1971 e sua edição revista, em 1990. *A independência da Teoria Moral*, em 1974. *Justice as Fairness: Political not Metaphysical* apareceu pela primeira vez em 1985. *A ideia de um consenso sobreposto* foi acessada em sua versão original de 1987. *O Liberalismo Político* é de 1993 e *A Ideia de Razão Pública Revisitada* é o mais recente, de 1997.

Scanlon (2003) e Silveira (2009a; 2009b) apontam haver, na teoria da justiça como equidade proposta por Rawls, três procedimentos de justificação. O primeiro é a ideia da Posição Original, com caráter teórico, dedutivo e construtivista (escolha dos melhores princípios de justiça com base nas condições do contrato). Aliado a ela, encontra-se a exigência de Equilíbrio Reflexivo, método intuitivo e indutivo (em que a justificação é alcançada pela coerência entre os princípios de justiça e juízos morais com a cultura política de uma sociedade democrática). O último critério justificacional é a Razão Pública, em que os resultados da Posição Original e do Equilíbrio Reflexivo devem ser afirmados e, quando necessário, limitados, a partir de valores políticos que possam ser aceitos por todos os cidadãos. Essa aceitação generalizada caracteriza o Consenso Sobreposto e aponta para uma justificação pragmatista.

Rawls propõe-se elaborar uma formulação sistemática da justiça que seja uma alternativa a teorias dominantes no cenário político de seu contexto, principalmente o utilitarismo. Esta corrente afrontaria nosso senso básico de justiça, mas, até o momento, nenhuma crítica dirigida a ela conseguiu ao mesmo tempo propor um caminho diferente (2008, p. XLIV).

O ponto de partida, então, são as ideias intuitivas latentes na cultura política democrática e, nesse sentido, encontram-se nos princípios e concepções compartilhados por cidadãos e instituições (2000, p. 142). Para Rawls, a sociedade, como um sistema bem ordenado e equitativo de cooperação social composto por cidadãos que são pessoas livres e iguais, é a concepção básica dessa tradição política, a partir da qual ele desenvolve a argumentação (2002, p. 207). Uma sociedade é bem ordenada “não somente quando foi planejada para promover o bem de seus membros, mas também quando é realmente regulada por uma concepção pública de justiça” (2008, p. 5). A sociedade, portanto, quando se quer justa, é regida por uma determinada

moralidade pública que se caracteriza pelo reconhecimento e aceitação dos princípios de justiça por todos os membros, além da submissão das instituições a tais preceitos.

Assim entendida, uma comunidade política liberal e democrática está marcada pelo pluralismo: dado as pessoas serem livres, decorre haver diferentes e incomensuráveis concepções de bem – daquilo que satisfaz os objetivos e desejos de cada indivíduo – e a maioria delas tomam corpo em doutrinas abrangentes, i.e., que clamam definir o que é o bem, como conhecê-lo e como alcançá-lo, e isso universalmente. Tendo em vista a necessidade de cooperação equitativa entre os membros da sociedade, não se podem resolver os conflitos dali resultantes com o uso da força estatal. Da mesma maneira, não há possibilidade de se obter aquiescência universal a uma concepção de bem específica. Isso só seria possível, igualmente, por meio da violência. Logo, faz-se necessário estabelecer critérios para definir os termos da cooperação social de uma maneira justa, ou seja, pública – passível de aceitação por todos – o que significa um conceito de justiça que se sobreponha às concepções particulares de bem sem excluí-las, mas com força suficiente para alcançar acordos (RAWLS, 2008, p. 6; 2000, p. 142; 1987, p. 4; 2002, p. 211-212).

Posição Original e Equilíbrio Reflexivo Amplo

O modelo de justificação mais adequado a uma sociedade liberal, como descrito por Rawls, é contratualista. Uma vez assumido que a sociedade é composta de pessoas livres e iguais, essa é a melhor maneira de organização: não há coação, pois os termos do contrato são ajustados pelas partes e, dado seu caráter público, restringem-se às estruturas básicas da sociedade (sociais, políticas e econômicas) a fim de garantir a distribuição dos direitos, deveres e recursos de maneira justa (2008, p. 8-12). Isso porque tais instituições afetam e

limitam as liberdades e oportunidades das pessoas não apenas sem seu consentimento, mas inclusive sem que elas possam influenciá-las de alguma maneira (SCANLON, 2003, p. 163). Esse modelo é desenvolvido na teoria da justiça rawlsiana a partir das formulações clássicas de Locke, Rousseau e Kant como o argumento da Posição Original (RAWLS, 2008, p. 13). Nela, as partes se encontram em uma situação de igualdade de condições e conhecimentos, o que as impossibilita de perseguir objetivos particulares, donde resulta a equidade entre os participantes (2008, p. 15)². Entretanto, este argumento não se apresenta com pretensões contratuais reais. É uma estipulação metodológica cujo propósito é identificar, sob condições razoáveis, os princípios de justiça que serão aplicados nas estruturas básicas da sociedade (sociais, econômicas e políticas) (2000, p. 148).

Tal estado é alcançado ao serem definidas algumas condições: os contratantes não devem saber sua posição na sociedade nem ter conhecimento de sua concepção de bem particular. Em outras palavras, ao ignorar sexo, raça, status social, credo, concepção moral e habilidades naturais, estão submetidos a um Véu de Ignorância. Ao mesmo tempo, é-lhes garantido acesso a informações teóricas genéricas relevantes para suas escolhas, como noções econômicas e de psicologia moral. Além disso, devem saber quais os bens primários – direitos, liberdades, oportunidades, renda e riqueza e concepção do próprio valor – precisos para buscar suas próprias concepções de bem, e é em relação a eles que avaliam os princípios. Pois é relativamente ao modo de distribuição destes bens que as desigualdades serão produzidas na sociedade, e importa serem elas moralmente aceitáveis e justas (2008, p. 15, 108-113, 165-173; 2000, p. 151).

As pessoas que tomam parte na Posição Original, portanto, não são indivíduos concretos. São cidadãos encarados como pessoas livres e iguais, isto

² É graças a esse fato que Rawls pode chamar sua teoria de “Justiça como Equidade”.

é, membros de um corpo político, com capacidade moral e racionalidade, mas ao mesmo tempo ideais. Capacidade moral significa a possibilidade de desenvolverem um senso de justiça – entender e orientar suas condutas segundo princípios de justiça próprios de uma comunidade cooperativa – e uma concepção de bem – i.e., dos fins e desejos dignos de nossa dedicação aliados a sua organização para guiar-nos por toda a vida. Racionalidade implica serem as partes capazes de tomar decisões racionais baseadas nas informações disponíveis. Essas duas características são refletidas nas condições impostas à Posição Original, de maneira que as restrições se mostram aceitáveis às partes. Nisso se distinguem das pessoas reais, que são ao mesmo tempo razoáveis e adotam concepções abrangentes de moralidade – sejam religiosas ou filosóficas (RAWLS, 2000, p. 138, 149-152, 154; 2008, p. 13-21). Isso é bastante enfatizado por Rawls ao longo de seus escritos. Procura-se evitar a penetração de concepções particulares na Posição Original, o que macularia seu potencial construtivo. Ao mesmo tempo, evidencia-se o caráter representacional do procedimento, cujo objetivo é dar oportunidade ao esclarecimento público acerca dos princípios de justiça, visando a reciprocidade (SILVEIRA, 2009, p. 141).

Assim delineado, percebemos que o argumento da Posição Original não se apresenta com pretensões contratuais reais. É uma estipulação metodológica cujo propósito é limitar o uso de determinados argumentos e destarte identificar os princípios de justiça que serão aplicados nas estruturas básicas da sociedade, garantindo a correção destas instituições e parâmetros de objetividade para os juízos. Tanto é assim que se admite a entrada e saída da Posição Original a qualquer momento, bastando a utilização do método por ela proposto (RAWLS, 2008, p. 23; 2000, p. 5-6).

Uma vez garantida a situação de equidade entre as partes, torna-se possível escolher os princípios políticos. Com o procedimento da Posição

Original, Rawls procura alcançar, se não um conjunto de princípios ideal, ao menos uma formulação das principais tradições de justiça social. Entretanto, partindo da ideia intuitiva básica de sociedade como um sistema de cooperação entre cidadãos livres e iguais, os princípios que melhor refletem esse estado são 1) *Princípio da igualdade* na atribuição de direitos e obrigações; e 2) *Princípio da diferença* – as desigualdades somente são consideradas justas se resultarem em vantagens para todos, devendo-se garantir igual oportunidade de acesso aos bens básicos (2008, p. 13-21, p. 182-195). Pressupõe-se que estes sejam os princípios que pessoas racionais, dadas as condições favoráveis garantidas na Posição Original, escolheriam:

[...] uma concepção de justiça é mais razoável que outra, ou mais justificável do que outra, quando pessoas racionais na situação inicial escolheriam seus princípios, e não outros, para o papel da justiça. As concepções de justiça devem ser classificadas por sua aceitabilidade a pessoas nessas circunstâncias (RAWLS, 2008, p. 21).

A Posição Original, portanto, procura oferecer uma justificativa dos princípios de justiça que é contratualista, com base na aceitabilidade ampla sob condições favoráveis. É também dedutiva: tenta-se iniciar com premissas fracas, de ampla e geral aceitabilidade, e a partir delas alcançar proposições mais específicas (SCANLON, 2003, p. 139). Esses resultados, contudo, precisam ser testados com base em nossos juízos morais ponderados, os quais não são quaisquer juízos morais. Segundo Rawls,

Os juízos ponderados são simplesmente aqueles emitidos em condições favoráveis ao exercício do senso de justiça e, por conseguinte, em circunstâncias nas quais são inaceitáveis as desculpas e explicações mais comuns para o erro (2008, p. 57-58).

O que os individualiza enquanto objeto de ponderação são, de acordo com Scanlon (2003, p. 143), seis características, sendo as três primeiras as mais importantes justificativamente: A pessoa que os faz 1) está ciente dos fatos relevantes sobre o assunto em questão; 2) não está abalada emocionalmente, o que prejudicaria sua avaliação; 3) não se encontra em posição de lucrar ou perder de acordo com a resposta dada; 4) está confiante de que sua resposta é correta, i.e., não hesita; 5) alcança seu juízo de maneira intuitiva, pela mera apreciação da questão; e 6) mantém seu juízo ao longo do tempo, ou seja, ele é estável. Ao cabo, pretende-se que a teoria da justiça como equidade seja uma descrição do nosso senso de justiça pela correspondência dos princípios com os juízos ponderados (SILVEIRA, 2009a, p. 147)³.

Nossos juízos morais intuitivos, ancorados por nossa cultura política, servem como pontos fixos provisórios para a escolha de princípios (RAWLS, 2008, p. 24; 2002, p. 209). Assim, configura-se, ainda na posição inicial, o mecanismo do Equilíbrio Reflexivo. Os princípios de justiça alcançados inicialmente são confrontados com os juízos intuitivos que defendemos com maior confiança enquanto pessoas reais, e não enquanto partes ideais do contrato ou cidadãos de uma sociedade bem ordenada – por exemplo, a convicção de que a escravidão e a intolerância religiosa são injustas (SILVEIRA, 2009a, p. 143). Se houver discordância entre eles, impõe-se revisar ou as condições da Posição Original, ou os princípios alcançados, ou mesmo alguns desses juízos. Não há pontos de ancoragem absolutos, i.e., Rawls adota uma perspectiva não fundacionalista de justificação, pois “[...] a história da filosofia moral mostra que a noção de verdade é problemática” (RAWLS, 1999, p. 194)⁴. Adotar estes pontos como fundamentos últimos iria contra o caráter

³ Cf. RAWLS, 2008, p. 60-61; 1999, p. 192-194.

⁴ Tradução nossa. No original: “[...] la historia de la filosofía moral muestra que la noción de verdad moral es problemática”.

de razoabilidade da justiça como equidade e limitaria seu potencial de aceitabilidade.

Parte-se de onde há mais confiança e aceitabilidade para onde há menos, mediante avanços e recuos. Os princípios de justiça, ancorados por nossos juízos ponderados, servem como referência para resolver desacordos morais. O resultado deve ser um estado de coisas harmônico, o Equilíbrio Reflexivo: “É equilíbrio porque finalmente nossos princípios e juízos coincidem; e é reflexivo porque sabemos a quais princípios nossos juízos se adaptam e conhecemos as premissas que lhes deram origem” (RAWLS, 2008, p. 25). É importante enfatizar o caráter normativo da Posição Original como procedimento adequado para escolha dos melhores princípios ou, ainda, como foro para a reflexão pública e auto-esclarecimento, sendo esse seu significado mais profundo (2002, p. 220-221 e 223). A justificação dos princípios, contudo, depende da harmonia dos resultados alcançados com nossas concepções ponderadas de justiça. De acordo com Silveira (2009a, p. 149), o procedimento é coerentista, mas “esta coerência envolve mais que meramente uma consistência lógica, pois as crenças morais contam para a justificação dos princípios que tenham por base uma teoria moral de fundo”.

A justificação, enquanto limitada aos juízos e princípios de um indivíduo, não oferece argumentos sobre a qualidade dos juízos ponderados, nem o por que deve a harmonia alcançada ser aceitável e, por isso, seu poder justificativo é questionável. De acordo com Daniels (1979), uma exposição com esse delineamento encontra-se no artigo de Rawls *Outline of a Decision Procedure for Ethics*, de 1951, mas foi posteriormente revista e superada. Neste sentido, poderia se acusar Rawls de conservadorismo, pois justifica o que já era aceito, ou ainda de relativismo, por ser possível que duas pessoas cheguem a resultados diferentes dentro da Posição Original (SCANLON, 2003, p. 149-153). O filósofo, porém, afasta-se das duas reprovações. Sua proposta não é

conservadora porque todas as instâncias da justificação são questionáveis perante novas informações, podendo ser revistas em qualquer momento. Não é relativista, porque não basta formular princípios de justiça e harmonizá-los com os juízos ponderados que se dão a nós. Tal Equilíbrio Reflexivo seria restrito, pois não dialoga com outras teorias de justiça política tentando mostrar por que é o melhor, bastando ao indivíduo uma pequena harmonização de suas crenças e princípios particulares (SILVEIRA, 2009a, p. 151).

Rawls busca formular uma teoria de justiça viável politicamente. Em outras palavras, dado o pluralismo razoável, tal teoria deve se apresentar como a melhor opção, mesmo se comparada com doutrinas divergentes encontradas na sociedade, ou seja, as diferentes concepções de justiça que formam as teorias de fundo como, por exemplo, o utilitarismo e o perfeccionismo. Tal estado de coisas pode ser alcançado de maneira socrática, i.e., mediante o diálogo com essas concepções:

[...] ao adotar o papel de teóricos morais observadores, investigamos que princípios seriam reconhecidos pelas pessoas, aceitando suas consequências, se tivessem tido oportunidade de considerar outras concepções plausíveis e de apreciar as razões em que se apoiam. Levando este processo ao limite, busca-se a concepção ou pluralidade de concepções que sobreviveria à consideração racional de todas as concepções viáveis e a todos os argumentos razoáveis em seu favor (RAWLS, 1999, p. 195)⁵.

Amplia-se a possibilidade de consenso e, assim, de justificação, caracterizando-se um Equilíbrio Reflexivo Amplo. Este é alcançado quando se

⁵ "[...] al adoptar el papel de teóricos morales observadores, investigamos qué principios reconocería la gente, aceptando sus consecuencias, si hubiera tenido oportunidad de considerar otras concepciones plausibles y de apreciar las razones en las que se apoyan. Llevando este proceso al límite, uno busca la concepción o pluralidad de concepciones que sobreviviría a la consideración racional de todas las concepciones viables y a todos los argumentos razonables en su favor".

estabelece a coerência entre (1) juízos morais, (2) princípios morais e (3) teorias de fundo, de forma que o resultado se manifeste como o melhor perante a consideração ampla de todos os fatores e posições envolvidos (DANIELS, 1979)⁶. Somente neste nível há justificação, propriamente dita, pois é a teoria como um todo que se submete à nossa avaliação (RAWLS, 2008, § 87, p. 714), de modo que não há pontos fixos verdadeiros (superação do fundacionalismo), mas se evita, ao mesmo tempo, recair em ceticismo, relativismo ou emotivismo (SILVEIRA, 2009a).

Equilíbrio Reflexivo Completo, Razão Pública e Consenso Sobreposto

Rawls encara a filosofia política como tendo sua tarefa delimitada pela sociedade em que é praticada. Em uma sociedade democrática, deve apresentar justificativas para a estrutura básica dessa sociedade, trazendo estabilidade e fornecendo uma base pública compartilhada para a justificação (RAWLS, 1987, p. 1).

Parte-se do fato do pluralismo razoável, ou seja, em uma sociedade democrática e liberal as concepções de bem morais, religiosas ou filosóficas divergem entre si sem procurar destruir umas às outras, mas respeitando os limites dos juízos segundo o critério de reciprocidade (2000, p. 166-167). Consequentemente, Rawls constrói uma filosofia que tenta cumprir esse papel sem se tornar uma filosofia abrangente. Em outras palavras, pretende apresentar uma concepção política mínima para possibilitar a aceitação da mesma por todos os cidadãos, gerando legitimidade e justificação. Todavia, tal como exposto em *Uma Teoria da Justiça*, sua proposta acaba, por vezes e ao fim,

⁶ Daniels (1979) apresenta-se cético quanto à possibilidade de justificação pelo método do Equilíbrio Reflexivo em sua forma ampla, em especial por considerar questionável a confiabilidade dos juízos morais ponderados. Entendemos que Rawls não toma tais juízos como fundamento para sua teoria, mas apenas como pontos de partida, de maneira que a justificação é alcançada apenas posteriormente, mediante outros recursos justificativos.

afirmando-se como uma doutrina moral abrangente⁷. Por exemplo, Rawls defende que em uma sociedade bem ordenada segundo os princípios de justiça, ao longo das gerações, poderia se consolidar uma cultura moral e política de acordo com os parâmetros da justiça como equidade, pois as pessoas adotariam este como o seu senso de justiça e isso seria congruente com o seu próprio bem (RAWLS, 2008, § 86, p. 699-712). Isso porque:

[...] as razões lá apresentadas [em Uma Teoria da Justiça] para sustentar que as pessoas teriam boas razões para afirmar um senso de justiça baseado nos dois princípios de Rawls depende essencialmente de ideias de autonomia e daquilo que é necessário para “realizar nossa natureza”, que são ingredientes de uma visão especificamente liberal, com frequência distintamente kantiana, e compreensiva (SCANLON, 2003, p. 159)⁸.

É preciso, portanto, restringir o alcance da justiça como equidade a uma concepção política e não metafísica. Uma concepção política de justiça restringe-se à definição dos princípios de justiça aplicáveis às instituições políticas e sociais fundamentais (1987, p. 3). As controvérsias encontradas na cultura política democrática perduram a séculos e, dessa maneira, situam-se em um nível muito profundo, de modo que:

[...] se quisermos conseguir encontrar uma base de acordo público, deveremos organizar de maneira nova as ideias e os princípios bem conhecidos a fim de formar uma concepção da justiça política que permita ver sob nova luz as reivindicações em conflito (RAWLS, 2002, p. 209).

⁷ Fato reconhecido por Rawls (2002) e ressaltado por Silveira (2009b) e Scanlon (2003).

⁸ “[...] the reasons given there for holding that people would have good reason to affirm a sense of justice based on Rawls’s two principles depend essentially on ideas of autonomy and of what is required to ‘realize our nature’ that are ingredients in a specifically liberal, often distinctively Kantian, comprehensive view”.

A justificação pela Razão Pública representa uma abordagem distinta da apresentada pelos mecanismos do Equilíbrio Reflexivo e da Posição Original. Ela utiliza esses procedimentos, mas procura uma metodologia diferente para aceitar os resultados da justiça como equidade, a qual não é epistemológica ou metafísica, mas prática – com claro viés pragmatista⁹. Busca-se uma “intuição mais fundamental” capaz de gerar um “ponto de vista publicamente reconhecido a partir do qual todos os cidadãos podem verificar, uns diante dos outros, se suas instituições políticas e sociais são ou não justas” (2002, p. 210).

Sendo a tarefa da filosofia política apresentar justificativas, é importante ressaltar que elas dirigem-se aos outros, aos que discordam de nós. É uma reconciliação pela apresentação de razões e, por isso, deve partir de onde há consenso, ou seja, premissas *publicamente* aceitáveis (2008, p. 716; 2002 p. 211). Rawls procura evitar controvérsias com doutrinas abrangentes que possam limitar as possibilidades e aceitabilidade de uma concepção política de justiça. Todas são aceitáveis, desde que respeitem os limites impostos pelos princípios de justiça (1987, p. 9; 1999).

Assim, pretende-se alcançar uma objetividade mínima, fundada no acordo público entre cidadãos sobre juízos bem ponderados, garantidora de uma estabilidade tal que permita observar o sucesso de tal acordo com o tempo (2000, p. 165-167; 2002 p. 212). O objetivo é “preservar uma cooperação social fundada no respeito mútuo”, ou seja, a estabilidade pelas retas razões (2002 p. 213). Tal acordo mínimo caracteriza aquilo que Rawls denomina Consenso Sobreposto:

[...] isto é, um consenso em que este é afirmado pelas doutrinas religiosas, filosóficas e morais antagônicas com possibilidade de prosperar ao longo das

⁹ Como ressaltado por Silveira (2009b).

gerações em uma democracia constitucional mais ou menos justa, em que o critério de justiça é a própria concepção política (RAWLS, 1987, p. 1)10.

Busca-se, assim, instituir uma Razão Pública cuja premissa fundamental – a ideia básica subjacente à cultura democrática – é a concepção de sociedade como sistema de cooperação equitativo entre pessoas livres e iguais (2002, p. 213). Cooperação, aqui, significa uma atividade guiada por regras publicamente reconhecidas e por procedimentos aceitos pelos cooperadores. Seus termos são equitativos: cada participante pode razoavelmente aceitá-los com a condição de que todos os outros os aceitem, ou os possam aceitar, igualmente.

O'Neill (1997) percebe uma tensão entre essas duas variantes da aceitação: a equidade é estabelecida nos termos que os cidadãos *devem* ou *podem* aceitar? O problema é resolvido pela ideia de uma comunidade política definida e limitada territorialmente que compartilha uma identidade política (O'NEILL, 1999, p. 422), mas não com base em uma visão abrangente (1987, p. 10). De fato, como ressaltado por Silveira (2009b, p. 67), o conceito rawlsiano de Razão Pública tem o sentido de “a razão do público, isto é, a razão dos cidadãos enquanto compartilham de uma situação de igual cidadania”. Logo, aquilo que eles podem aceitar, é provável que irão aceitar¹¹.

O procedimento da Posição Original se justifica e permanece enquanto método público para alcançar uma formulação dos princípios que melhor explicam nossas intuições fundamentais. Por ser abstrato e de caráter representativo, a Posição Original escusa-se de definir abrangentemente

¹⁰ “[...] that is, a consensus in which it is affirmed by the opposing religious, philosophical and moral doctrines likely to thrive over generations in a more or less just constitutional democracy, where the criterion of justice is that political conception itself”.

¹¹ Segundo O'Neill (1999), o preço a pagar é que essa justificação perde poder fora da cultura política de uma sociedade democrática. Observadores externos que se perguntem o por que de tal estado político não seriam contemplados com respostas baseadas na razão pública. Uma alternativa universalista seria a razão pública kantiana.

conceitos de pessoa, verdade ou fins. O problema da identidade pessoal é superado pela consideração apenas da identidade política. Estes e outros pontos são considerados teoremas sobre os quais as divergentes doutrinas de fundo podem convergir (1987, p. 9; 2002 p. 226-228 e 233).

O ideal do Equilíbrio Reflexivo alcança, com o Consenso Sobreposto, o status de geral, além de amplo. “O equilíbrio é amplo no caso de cada cidadão, e geral porque ‘a mesma concepção é afirmada pelos juízos ponderados de todos’” (SCANLON, 2003, p. 160)¹². Torna-se, destarte, completo ou pleno, pois alcança seu máximo potencial. O Equilíbrio Reflexivo pergunta pela aceitabilidade dos princípios de justiça política em uma sociedade bem ordenada marcada pela democracia e pelo pluralismo razoável. Logo, é a aceitabilidade que gera a justificação plena (SILVEIRA, 2009a, p. 152).

Enquanto o Consenso Sobreposto responde o problema da estabilidade da sociedade, o uso da Razão Pública serve como critério normativo para os tipos de argumentos que podem ser apresentados pelos cidadãos enquanto discutem questões constitucionais e de justiça política (SCANLON, 2003, p. 160). Assim, apresenta-se como a razão compartilhada entre os cidadãos de uma sociedade democrática, pela qual eles apelam uns aos outros e se comprometem a agir e pensar razoavelmente e cooperativamente. O Consenso Sobreposto, dessa maneira, manifesta-se como um acordo *moral* e não mero arranjo político ou *modus vivendi* (RAWLS, 1987, p. 11; SILVEIRA, 2009b, p. 68).

A Razão Pública é manifestada em seu uso principalmente pelas autoridades políticas, que precisam usar a razão pública para tomar decisões. Rawls distingue o foro público daquele por ele denominado *cultura de fundo*, o

¹² the equilibrium is wide in the case of each citizen and general because “the same conception is affirmed in everyone’s considered judgments”

qual é composto por todas as formas de associação componentes de uma sociedade democrática e razoável, como igrejas, clubes e universidades. A Razão Pública não é aplicável à cultura de fundo (1997, p. 768). Nesta última valem as diferentes formas de razão privada que, de acordo com Silveira (2009b, p. 68), “utilizam critérios e métodos diferentes e dependem da maneira de interpretar a natureza, o problema e o objetivo de cada associação e [ainda] as condições com que procuram alcançar os seus fins”.

O uso da Razão Pública também não se aplica à discussão de todas as questões políticas, mas apenas aquelas travadas no espaço adequado: o foro político público, englobando a atividade dos juizes ao proferir decisões, os discursos dos administradores e legisladores e daqueles que se candidatam a cargos públicos (RAWLS, 1997, p. 767). Cidadãos que não ocupam cargos políticos exercem a Razão Pública ao considerarem-se *como se* fossem legisladores, guiando suas ações políticas, ainda que limitadas, segundo esse ideal (1997, p. 769). O modelo exemplar é a Suprema Corte, pois é:

[...] função dos juizes expressar as melhores interpretações da constituição, não podendo usar critérios pessoais para o julgamento, como doutrinas religiosas, filosóficas ou morais, apelando apenas para os valores políticos que fazem parte da concepção política de justiça (SILVEIRA, 2009b, p. 71).

O Consenso Sobreposto é um consenso afirmado pelas mais diferentes e oponentes visões razoáveis encontráveis em uma sociedade ao longo do tempo, e em que o critério de justiça é essa visão política em si, e não uma doutrina em particular. Tal consenso se elabora em uma cultura política liberal marcada pela tolerância e pelo pluralismo e é a alternativa à imposição de visões abrangentes pela força estatal. O consenso sobreposto forma as virtudes políticas e a razão pública, pela qual se conduzem os juízos e as práticas políticas.

Evidencia-se, desta forma, o caráter pragmatista da justificação pública, que procura alcançar a estabilidade pela aceitação ampla e geral dos princípios políticos caracterizadores de uma concepção política de justiça. Aliando a Razão Pública ao procedimento da Posição Original e ao mecanismo do Equilíbrio Reflexivo, Rawls pretende fornecer a melhor justificação moral-política para uma sociedade democrática e bem ordenada, fundada sobre a cooperação em equidade de cidadãos livres e iguais. O Consenso Sobreposto, portanto, apresenta-se como a saída do impasse gerado pelo pluralismo, i.e., a ausência de base em doutrinas abrangentes para acordos. Ele cumpre este papel ao garantir o mínimo de conhecimentos publicamente compartilhados pelo senso comum (RAWLS, 1987, p. 8).

Referências bibliográficas:

DANIELS, N. “Wide Reflective Equilibrium and Theory Acceptance in Ethics”. In: *The Journal of Philosophy*. Vol. 76, n.5, p. 256-282, maio 1979. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2025881>. Acesso em: 14 set. 2010.

O’NEILL, O. “Political Liberalism and Public Reason: A Critical Notice of John Rawls, Political Liberalism”. In: *The Philosophical Review*. Vol. 106, n. 3, p. 411-428, jul. 1997. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2998399>. Acesso em: 14 set. 2010.

RAWLS, J. “A teoria da justiça como equidade: uma teoria política, e não metafísica”. In: *Justiça e Democracia*. 1.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2002.

_____. “La Independencia de La Teoría Moral”. In: *Justicia como Equidad Y Otros Ensayos*. 2.ed. Madrid: Editorial Tecnos, 1999.

_____. *O Liberalismo Político*. 2.ed. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Ática, 2000.

_____. “The Idea of an Overlapping Consensus”. In: *Oxford Journal of Legal Studies*. Vol. 7, n.1, p. 1-25, primavera 1987. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/76425>. Acesso em: 09 fev. 2011.

_____. “The Idea of Public Reason Revisited”. In: *The University of Chicago Law Review*. Vol. 64, n.3, p.765-807, verão 1997. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1600311>. Acesso em: 09 fev. 2011.

_____. *Uma teoria da justiça*. 3.ed. revista. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SCANLON, T. M. “Rawls on Justification”. In: S. FREEMAN (Ed.). *The Cambridge Companion to Rawls*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 139-167.

SILVEIRA, D. C. “Posição original e equilíbrio reflexivo em John Rawls: o problema da justificação”. In: *Trans/Form/Ação*. n.33, p. 139-157. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v32n1/09.pdf> . Acesso em: 25 jul. 2011.

_____. “O papel da razão pública na teoria da justiça de Rawls”. In: *Filosofia Unisinos*. n.10, p. 65-78. São Leopoldo, jan-abr 2009. Disponível em: <http://www.revistafilosofia.unisinos.br/pdf/143.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2011.